

# **OBSERVAÇÃO, SUBJETIVIDADE E EPISTEMOLOGIA: a renovação das práticas etnográficas**

Rodrigo Marques \*

**Resumo:** uma experiência pessoal de retorno a um ambiente familiar, agora sob um novo papel social, dá ensejo à realização de discussão a respeito das práticas de pesquisa nas Ciências Sociais. O foco recai sobre o método da “observação participante” e seus questionamentos recentes. São repassadas as críticas contemporâneas ao que se convencionou chamar de “realismo etnográfico” e, em seguida, examinadas as relações entre subjetividade do observador e pesquisa de fenômenos sociais. Por fim, tece-se argumentação em favor de procedimentos em que o sujeito é parte integrante e assumida do processo de pesquisa.

**Palavras chave:** epistemologia, subjetividade, etnografia, metodologia.

## **Introdução**

No período de 1993 a 1999, fui aluno do Colégio Pedro II, Unidade Humaitá-II. Os anos que ali vivi permanecem em mim como parte do que sou hoje. Nisso não há excepcionalidade; afinal, como já enunciava Durkheim (2001), a educação é processo social contínuo, cujo resultado é a constituição das individualidades. Entretanto, conjuntamente a esse mecanismo universal a particularidade toma assento. Isso porque toda experiência humana é singular. Assim, as trajetórias pessoais produzem matrizes de percepção da realidade e aparecem permeadas por sentimentos e afetos.

Essas temáticas passaram a ocupar minha mente desde que voltei a frequentar o CPII, no corrente ano de 2007. É que, como parte das atividades a cumprir para obtenção do grau de Licenciado para o magistério em Sociologia, devo realizar estágio em instituição escolar. Pareceu-me natural voltar à escola que me acostumei por toda vida a chamar de minha.

---

\* Mestre em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), estagiário de licenciatura em Sociologia no CPII – UEII e ex-aluno dessa mesma unidade escolar.

Adentrando os portões, a memória parecia querer se fazer ouvir a todo o momento. Para cada corredor, degrau, sala de aula que revia, imagens e sentimentos me tomavam. No encontro com professores e funcionários também não era diferente. Esses – que hoje vejo com mais clareza, tanto fizeram pela minha formação – suscitavam em mim as mais variadas sensações.

Todavia, estava ali para realizar estágio, não para rememorar. Necessário era manter-me orientado pelas diretrizes estabelecidas pelos teóricos e docentes da Prática de Ensino. Segundo Monteiro (2002), a observação das aulas e do contexto escolar é o primeiro passo para a realização de estágio em estabelecimento escolar. São, de certo modo, a qualificação e os limites dessa observação que movem a presente reflexão.

Ora, como conciliar a observação – tendo em conta que da figura do observador se espera distanciamento na análise de seu objeto – e toda a gama de sentimentos que me tomavam ao entrar em contato com a realidade que deveria examinar? Apercebi-me que esse dilema não era só meu. Permanecia inscrito em um quadro de movimentos disciplinares que têm transformado o estatuto e os procedimentos do trabalho de campo nas Ciências Sociais.

Há oitenta anos, a Sociologia era implantada no Colégio Pedro II. Muito poderá ser apreendido dessa história virtuosa em outros artigos desta Revista. Aqui chamo atenção para o fato de as disciplinas de cunho científico não terem caráter fixo ou estático. Ao contrário, desenvolvem-se no tempo, permanecendo sempre abertas à revisão (Giddens, 1991) e a transformações paradigmáticas (Kuhn, 1994). Assim se passa com a Sociologia e com outras Ciências Sociais. Os oitenta anos da Sociologia no CPII já assistiram a inúmeras alterações nos cânones disciplinares.

Neste trabalho me ocuparei não de minha experiência pessoal como estagiário de Sociologia no Colégio Pedro II. Essa serviu tão somente de intróito para a discussão das transformações que vêm ocorrendo no âmbito das Ciências Sociais, particularmente as que se referem à forma pela qual a observação e o pesquisador – sujeito do observar – têm sido tratados contemporaneamente.

### **A fundação de uma tradição**

Exatos oitenta e cinco anos nos separam da publicação de um volume que se tornaria fundamento da observação dos fenômenos relacionados à sociabilidade. Com “Os Argonautas do

Pacífico Ocidental” ([1922], 1978), Bronislaw Malinowski atingiu grande sucesso na formulação de métodos de pesquisa para cientistas sociais em todo o mundo<sup>1</sup>.

Aquele livro trazia resultados de longas jornadas de pesquisas entre os nativos das Ilhas Trobriand<sup>2</sup>. O seu enorme sucesso deveu-se à novidade dos procedimentos de pesquisa ali utilizados. Em “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, Malinowski defende a longa incursão do pesquisador na realidade das populações que pretende investigar. Para investigar povos distantes, ao invés de trabalhar com informações recolhidas por viajantes, missionários e por outros tipos de informantes, o pesquisador deve, conforme Malinowski, deixar seu gabinete e ir a campo recolher seus dados. Além disso, o pesquisador deve participar da vida nativa com tal intensidade que se torne capaz de pensar, de sentir e de agir como um nativo. Esses dois elementos constituem a base do que se chama de “observação participante”. De 1922 em diante, esse método passou a ser quase sinônimo da coleta de dados, principalmente entre os antropólogos<sup>3</sup>.

Com a publicação, nos anos sessenta, dos diários escritos por Malinowski durante seu trabalho de campo, grande alarde foi feito a respeito da objetividade dos métodos utilizados por esse autor. Em seus diários, Malinowski (1997) registrou percepções negativas acerca da população trobriandesa e também determinadas condições sociais, econômicas e políticas sob as quais sua pesquisa se desenrolou. Como nenhum dos dois elementos encontrava-se no texto científico de “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, várias vozes surgiram para questionar se essas percepções dos nativos e as circunstâncias de pesquisa teriam influenciado o trabalho do antropólogo polonês. Dessa forma, atacavam a aura de cientificidade sob a qual esses métodos permaneceram envoltos durante boa parte do século XX. Abria-se espaço para transformações profundas na forma de conceber o trabalho de observação científica dos fenômenos sociais. Dessarte, a publicação dos diários de campo de Malinowski trouxe à tona uma questão que por anos havia sido ignorada e que se torna um marco desse novo momento. O sujeito do conhecimento é chamado ao centro da cena.

### **A crítica ao realismo etnográfico**

---

<sup>1</sup> É preciso mencionar que essa obra tem impacto maior na Antropologia; entretanto, não se limita a esse ramo da Ciência Social.

<sup>2</sup> Esses atóis de corais localizam-se ao longo da costa oriental de Nova Guiné, na Oceania. Malinowski realizou duas grandes expedições ao local, a primeira entre 1915 e 1916 e a segunda entre 1917 e 1918.

<sup>3</sup> Ao momento de coleta de dados da pesquisa antropológica, dá-se o nome de etnografia.

Com o método malinowskiano, formava-se uma nova imagem do profissional de Antropologia. Sua legitimação pública e profissional passava pelo rigor científico de seu método e pelo heroísmo pessoal que suas missões envolviam. Ao mesmo tempo, solapavam-se as bases do que foi posteriormente chamado de “realismo etnográfico”.

Esse rótulo diz respeito a um retrato que a Antropologia contemporânea, tentando desvencilhar-se, até certo ponto, de seus antepassados, constrói das práticas de investigação utilizadas pela disciplina do início do século XX até meados da década de 60. Baseio-me aqui nas críticas realizadas por um conjunto seleto de autores à algumas das convenções tacitamente aceitas durante o período para a realização de etnografias.

Marcus e Cushman (1991) chamam a atenção para a construção dos textos sempre na terceira pessoa. Essa formulação revela a idéia hegemônica de que o antropólogo é um cientista e que realiza uma observação axiologicamente neutra. O material coletado, normalmente em curtos períodos de tempo, é apresentado como a representação do mundo segundo o nativo. Por outro lado, o fato do observador não ser sujeito das ações de pesquisa dá a impressão de que seu relato é a representação fiel da realidade nativa. Permanece obscuro como o pesquisador chegou aos resultados que expressa em seu texto.

Alguns expedientes são usados para transparecer uma pretensa intimidade do observador com a realidade nativa. Os textos trazem muitas vezes quantidade razoável de mapas, de fotografias e de citações (estas, sempre relegadas aos prefácios e notas) ao trabalho de campo. Além disso, o foco nas situações cotidianas permite o reforço dessa impressão. Em se tratando da comunicação com os nativos, é verdade que a competência lingüística do etnógrafo é parâmetro da credibilidade de sua pesquisa. Segundo Clifford (2002), contudo, é tacitamente aceito que os antropólogos “usem” a língua nativa sem dominá-la.

Clifford assinala as vantagens que o etnógrafo profissional alcançava em relação a viajantes e missionários. Em primeiro lugar, aquele teria uma atitude de relativismo cultural, enquanto missionários e demais etnógrafos amadores não conseguiriam escapar da sua atitude etnocêntrica. Em segundo lugar, para os etnógrafos profissionais, dotados de autoridade científica, treinados nas mais modernas técnicas analíticas, não seria necessário realizar um exaustivo inventário de costumes e de crenças. Bastava a análise de algumas instituições e de estruturas essenciais que chegava-se ao cerne de uma “cultura”. O discurso realista, ainda conforme Clifford, estrutura-se por meio de uma analogia parte/todo. O todo complexo é sempre o objetivo da análise. Entretanto,

a totalidade é sempre descrita por meio do exame de fragmentos da realidade nativa. O parentesco e a religião, por exemplo, tornam-se partes de uma “estrutura”.

Ao mesmo tempo, não há indivíduos particulares retratados nessas etnografias. Quando existem, cumprem a função de exemplificar algum comportamento típico. O que há são sujeitos coletivos, ou culturas, a quem se atribui ações ou estados subjetivos. Frases estruturadas à maneira de “os nuer pensam...” são lugar comum nos textos de antropólogos da primeira metade do século XX<sup>4</sup>.

Marcus e Cushman descrevem como a autoridade e a competência do antropólogo também são estabelecidas através do uso de jargão técnico. Esse procedimento, por sua vez, cria por si similitudes com outras sociedades às quais determinados conceitos se aplicam, e permite que a especificidade da realidade descrita seja ultrapassada. Assim, extrapolam-se os dados particulares e afirmações generalizantes a respeito das sociedades humanas tornam-se possíveis.

### **A observação e os espaço subjetivos e inter-subjetivos**

Clifford Geertz é, possivelmente, o autor mais decisivo para os rumos que a Antropologia viria a tomar no último quartel do século XX. Sua obra declara o fim da utopia de “tornar-se nativo”. Apoiado em um instrumental teórico hermenêutico, Geertz (1993) entende o trabalho de campo como um duplo movimento interpretativo: sobre a interpretação que o “nativo” tem de seu mundo o pesquisador constrói a sua.

Sua obra revaloriza a etnografia, colocando-a como o principal aspecto da identidade profissional do antropólogo em um momento em que os trabalhos mais valorizados buscavam grandes sínteses<sup>5</sup>. Segundo Marcus e Cushman (1991), Geertz introduz fontes de estímulos teóricos e utiliza-se da etnografia para realizar propostas epistemológicas revolucionárias. É ele, de acordo com Rapport (1994), que estabelece os termos do desconforto atualmente vivido pela Antropologia. Identifica duas “lacunas”: uma moral, referente às assimetrias de poder, ao colonialismo e ao imperialismo cultural; e outra epistemológica referente ao reconhecimento da impossibilidade de representar objetivamente o Outro.

---

<sup>4</sup> “Os nuer” é título de famoso livro do antropólogo Edward Evans-Pritchard (1978), publicado na década de 1940, em que construções desse tipo são largamente utilizadas.

<sup>5</sup> A obra do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss é o exemplo maior desse tipo de produção de conhecimento. Muitas das mais incisivas críticas à obra desse partiram dos escritos de Geertz.

Nesse momento de renovação da disciplina, a etnografia tornou-se a sua problemática central. O “amalgama peculiar de experiência pessoal intensa e análise científica”<sup>6</sup> institucionalizou-se como um método (observação participante) que “continua representando o principal distintivo da antropologia profissional”<sup>7</sup>, mas ao mesmo tempo é reconhecido que “nenhum método científico soberano ou instância ética pode garantir a verdade [das imagens que os diferentes povos produzem um sobre o outro]”<sup>8</sup>.

A autoridade etnográfica baseada nas convenções do realismo etnográfico é atualmente alvo de severas críticas. Os autores distanciam-se dos clássicos, os desconstróem. A autoridade que sustentava a produção de conhecimento científico a partir de procedimentos empáticos é atacada. Em última instância, falta um terreno intersubjetivo, um mundo partilhado entre antropólogo e nativo, que dê validade à interpretação do que se passa no campo. A alteridade permanece, no limite, inalcançável. O que não significa que a produção de conhecimento sobre Outro esteja desautorizada. Somente de forma paulatina torna-se reconhecido e aceito que a pesquisa social envolve representar uma forma de vida nas categorias de outra forma de vida, as do observador.

A etnografia passa a ser entendida como a tradução de uma experiência pessoal para a forma textual. A escrita etnográfica ganha o status de problema fundamental para a disciplina. Estratégias narrativas e estilo passam a ser problemas amplamente discutidos. A tendência para a experimentação, reagindo às convenções do realismo etnográfico, segundo Marcus e Cushman, tem como característica principal o registro da presença do pesquisador no campo. Através da intrusão calculada da figura do etnógrafo no texto, sua argumentação é vinculada à auto-reflexão, de tal maneira que a reflexão sobre a compreensão e a compreensão em si mesma aparecem no mesmo corpo textual. Esse expediente torna leitores e escritores muito mais conscientes em relação à construção da narrativa e aos elementos retóricos envolvidos, mas, ao mesmo tempo, procura garantir o antropólogo contra os riscos de ceticismo do leitor marcando a separação entre o etnógrafo e sua representação da diferença.

Uma conseqüência desse fato é a elaboração no seio da disciplina das similaridades, das distinções e das tensões entre Antropologia/Etnografia e Literatura. Para Geertz (2002), a Antropologia estabelece uma “escrita imaginativa”, o que não significa afirmar que os relatos que produz sejam “ficcionais” ou “falsos”, mas simplesmente estabelecer que a interpretação, a

---

<sup>6</sup> CLIFFORD, J. Sobre a Autoridade Etnográfica In: GONÇALVES, J. R. A Experiência Etnográfica (org.); ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 2002, pg. 33.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> Ibid., pg. 19.

imaginação e o estilo são inseparáveis da confecção de uma etnografia. Entretanto, apesar de ser em certa medida especulativa, o mundo empírico é sempre o estímulo para a etnografia. Um ponto levantado por Clifford diz respeito ao fato de que tanto romances quanto etnografias recorrem inevitavelmente a formas de discurso indireto, o que não elimina a questão de implicarem em níveis de abstração diferentes. Rapport chama a atenção para a inspiração que a linguagem literária representou para a escrita antropológica. É fato conhecido, por exemplo, o quanto Conrad influenciou a escrita romanceada de Malinowski.

## **Conclusão**

As novas formas de autoridade envolvem compreender a etnografia como um processo de negociação das realidades compartilhadas entre pesquisador e pesquisado. Essa construção envolve sempre dois ou mais sujeitos conscientes e politicamente significativos. A autoridade torna-se dispersa. Modos eminentemente dialógicos de escrita ganham espaço. Os informantes são citados de forma cada vez mais extensa. Contudo, o papel do pesquisador na seleção do material nunca é ultrapassado. A apresentação coerente dos dados relegada a essa figura pressupõe, em alguma medida, um modo controlador de autoridade.

Concluindo, a escrita etnográfica encena até hoje uma estratégia de autoridade em que a observação participante desempenha papel central. No entanto, a concretização textual dessa autoridade impõe-se como problemática para os experimentos contemporâneos. Paradigmas baseados na experiência e na interpretação, paulatinamente, dão lugar a paradigmas discursivos de diálogo e de polifonia. Mas eles não estão fechados; há lugar para a invenção. De acordo com Marcus e Cushman, reina ainda um consenso tácito e o discurso auto-crítico só é parcial ou indiretamente articulado. A experimentação etnográfica convida à atitude crítica, e seu maior mérito é romper com convenções sem necessariamente impor métodos.

- **Referências bibliográficas**

CLIFFORD, J. Sobre a Autoridade Etnográfica **In: GONÇALVES, J. R. (org.) A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**; Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2002.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**; São Paulo: Edições 70, 2001.

EVANS-PRITCHARD, E. **Os nuer**; São Paulo: Perspectiva, 1978.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**; Londres: Fontana Press, 1993.

\_\_\_\_\_. **Obras e Vidas**; Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2002.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**; São Paulo: Unesp, 1991.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**; São Paulo: Perspectiva, 1994.

MARCUS, G. & CUSHMAN, D. Las Etnografias como textos **In: REYNOSO, C. (org.) El Surgimiento de la Antropologia Posmoderna**; Barcelona: Gedisa, 1991.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**; São Paulo, Perspectiva, 1978.

\_\_\_\_\_. **Um diário no sentido estrito do termo**; Rio de Janeiro: Record, 1997.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. "**A prática de ensino e a produção de saberes na escola**". In: CANDAU, Vera Maria (org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.p.129-148.

RAPPORT, N. **The Prose and the Passion**; Manchester: Manchester University Press, 1994.